

PROGRAMA DO CONCURSO

PROCESSO N.º 2324000198

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS, *STORAGE* E *BACKUPS*

Índice

Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º Competências do júri	3
Artigo 5.º Atos que condicionam a contratação	3
Artigo 6.º Agrupamento de concorrentes	4
Artigo 7.º Critério de adjudicação	4
Artigo 8.º Sorteio	5
Artigo 9.º Peças do procedimento – consulta e fornecimento	5
Artigo 10.º Prazo para apresentação das propostas	5
Artigo 11.º Documentos da proposta	5
Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas	6
Artigo 13.º Exclusão de propostas	7
Artigo 14.º Documentos de habilitação e irregularidades	7
Artigo 15.º Caução	7
Artigo 16.º Encargos	7
Anexo I Modelo de garantia bancária/seguro caução	8
Anexo II Modelo de Avaliação das Propostas	9
Anexo III Modelo de apresentação da proposta	12

Artigo 1.º | Identificação e objeto do concurso

1. O presente concurso público, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, tem por objeto principal a aquisição de serviços de Administração de Sistemas, *Storage* e *Backups*.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento tem a seguinte classificação de **CPV n.º 72590000-7 - Serviços de informática prestados por profissionais**.
3. Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 47.º CCP, a estimativa de encargos foi estabelecida através de consulta preliminar às empresas IDW – Consultoria em Serviços de Informação, Lda. e Normática – Serviços de Informática e Organização, S.A.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Instituto de Informática, IP (doravante II, I.P.), com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, em Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, com o telefone 214230000 e com o endereço de correio eletrónico ii-contratacao@seg-social.pt.
2. Endereço do sítio da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, disponibilizada pela AcinGov: www.acingov.pt

Artigo 3.º | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, datada de 04/06/2025 foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo do I.I., I.P., ao abrigo do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.


Artigo 4.º | Competências do júri

O júri do procedimento é o órgão competente para a prestação de esclarecimentos, por delegação de competências do Conselho Diretivo concedida nos termos da deliberação deste Órgão, datada de 04/06/2025.

Artigo 5.º | Atos que condicionam a contratação

O presente procedimento foi precedido pelos seguintes atos da Administração:

1. Por despacho, assinado em 30/05/2025, pela Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, fica autorizado o Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., nos termos previstos no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro - Orçamento de Estado para 2025, dispensado da aplicação do n.º 2 do mesmo artigo, decorrente do contrato de aquisição de serviços de Administração de Sistemas, *Storage* e *Backups*.
2. Por deliberação do Conselho Diretivo de 04/06/2025, foi autorizada a assunção dos encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços de Administração de Sistemas, *Storage* e



Backups, em conformidade com o Despacho n.º 6939/2024, de 22/05/2024, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 119, de 21 de junho.

3. Por força do disposto no n.º 14 do artigo 16.º da LOE/2025, o Instituto de Informática, I.P., está isento do pedido de verificação previsto no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, assim como no previsto nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio.

Artigo 6.º | Agrupamento de concorrentes

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por um agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. Os membros do agrupamento adjudicatário devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe do consórcio, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário prevista no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo adjudicatário, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro e no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da minuta do contrato.
4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí previstos determina a caducidade da adjudicação, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime consagrado nos n.ºs 2 a 4 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 7.º | Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a fórmula constante no **Anexo II** ao presente Programa, que dele faz parte integrante.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, ter-se-ão em conta os seguintes fatores de ordenação:
 - a) Preço: **40%**
 - b) Mérito Técnico da proposta: **60%**
3. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros e, se houver necessidade, serão arredondados às duas casas decimais para efeitos de aplicação do critério de adjudicação.
4. Em caso de empate na pontuação final, será aplicado como critério de desempate, sucessivamente, a pontuação global do mérito técnico, a pontuação do preço e, por fim, o sorteio realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

Artigo 8.º | Sorteio

1. Caso exista a necessidade do sorteio, o mesmo será realizado pelo Júri na presença de um representante de cada uma das entidades concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os presentes.
2. As entidades concorrentes que tenham as suas propostas em situação de empate, serão notificadas da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 2 (dois) dias úteis, devendo apresentar-se munidas da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
3. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração.
4. Será proposta a adjudicação à proposta sorteada em 1.º lugar.

Artigo 9.º | Peças do procedimento – consulta e fornecimento


1. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio www.acingov.pt a partir da data de envio para publicação no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento bem como apresentar proposta, bastando, para o efeito aceder à plataforma Acingov, efetuando o registo no sítio eletrónico acima indicado.

Artigo 10.º | Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até às **23:59:59 horas**, do **15.º dia** a contar da data de envio para publicação do anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia, mediante submissão na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no n.º 2 do artigo 2.º.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 136.º do CCP, o prazo mínimo é reduzido para 15 dias, de forma a ser possível assegurar o funcionamento contínuo dos serviços de Administração de Sistemas, *Storage* e *Backups*, tornando-se necessário que o contrato para este procedimento produza efeitos no dia seguinte ao fim do contrato anterior, o qual ocorre dia 02/07/2025.

Artigo 11.º | Documentos da proposta

1. A proposta, sob pena de exclusão, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento que contenha a demonstração mencionada no n.º 2 do artigo 55.º-A do CCP, caso pretenda a relevação de impedimentos.
 - b) As propostas devem conter os seguintes elementos, descritos segundo o modelo constante do **Anexo III**:
 - i. Preço global em algarismos e em euros, não incluindo o IVA;
 - ii. Discriminação do preço total, não incluindo o IVA, referindo o preço mensal e o preço horário da bolsa de horas por perfil;

- 
- iii. “*Curriculum vitae*” não nominativo dos recursos a afetar à execução do contrato e cópia não nominativa das certificações/ competências de exigidos e propostos.
2. A proposta deve incluir, ainda, o documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP, nos termos das Instruções aprovadas pelo Regulamento de Execução nº 2016/7, de 5 de janeiro de 2016), elaborado online (por carregamento do ficheiro “espd-request.xml”, de acordo com as seguintes regras:
- a) O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - b) No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra;
 - c) Deve ser enviado em ficheiro com a designação “AnexoDEUCP_[designação_concorrente].pdf”.
3. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP não podem ser redigidos em língua estrangeira.
4. Os documentos emitidos pelos concorrentes deverão ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos emitidos devem ser assinados em cumprimento pelo disposto no n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 12.º | Modo de apresentação das propostas

1. A proposta e todos os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acessível no sítio www.acingov.pt, disponibilizado pela empresa ACINGOV.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como, para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à INTERNET de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será aceite pelo júri do procedimento caso tenha sido realizado no portal disponibilizado para o efeito e até à data e hora definida para a respetiva apresentação.
4. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletronicamente deverão ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente tem que submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

Artigo 13.º | Exclusão de propostas

São excluídas as propostas que adicionem, suprimam ou alterem estipulações sobre repartição do risco, transmissão da propriedade, cumprimento ou responsabilidade, bem como outras que sejam consideradas variantes.

Artigo 14.º | Documentos de habilitação e irregularidades

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, bem como da certidão do registo comercial é de 10 dias e o de supressão de irregularidades é de 5 dias, a contar da data da notificação respetiva.
2. Caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 72/2018, de 12 de setembro, está dispensado da apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, devendo indicar essa qualidade no prazo de apresentação dos documentos de habilitação.
3. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário é notificado para se pronunciar por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 86.º do referido diploma legal.

Artigo 15.º | Caução

Nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP, se o preço contratual for igual ou superior a 200 000,00 EUROS (duzentos mil euros), o valor da caução a prestar corresponde a 5 % do preço contratual (ou 10 % se o preço for anormalmente baixo), obedecendo aos modelos constantes do **Anexo I**.

Artigo 16.º | Encargos

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, correm por conta do adjudicatário.

Anexo I | Modelo de garantia bancária/seguro caução

Em nome e a pedido de (identificação do adjudicatário), vem a (instituição garante), pelo presente documento, prestar a favor de (indicar a entidade adjudicante), uma garantia bancária/seguro caução, até ao montante de (por extenso), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente ao contrato de (indicar), nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 (ou 7 se for seguro caução) e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5 % (ou 10 % se o preço for anormalmente baixo) do preço contratual e funciona com se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá ter em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa fazer valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data

Assinatura

Modelo de Guia de Depósito

Vai (identificação do adjudicatário), com sede em (indicar) depositar na (indicar) da (instituição bancária), a quantia de (por extenso) em dinheiro/títulos, como caução exigida no âmbito do (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente ao contrato de (indicar), nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do (indicar a entidade adjudicante), com sede em (indicar), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura

Anexo II | Modelo de Avaliação das Propostas

1. Avaliação Final

A pontuação final das propostas considera dois fatores, “Preço da Proposta” e “Mérito Técnico da Proposta” e é dada pela seguinte fórmula de avaliação, arredondado a três casas decimais:

$$P_i = P_{ip} \times 40\% + P_{imt} \times 60\% \quad i=1 \dots N, \text{ número de propostas apresentadas}$$

Com:

P_i – Pontuação final da proposta i ;

P_{ip} – Pontuação final da proposta i no fator “Preço global da Proposta”;

P_{imt} – Pontuação final da proposta i no fator “Mérito Técnico da Proposta”.

2. Preço

$$P_p = 1 + \frac{\sqrt{100 - 100 \cdot x_i^2}}{2,5}$$

onde x_i é fração do preço base, correspondendo a

$$x_i = \frac{P_i}{P_{base}}$$

em que:

P_i – Preço da proposta i

P_{base} – Preço base do procedimento

A pontuação será arredondada às duas casas decimais.

3. Competências e Certificações Opcionais

Os fatores que densificam o critério de adjudicação são operacionalizados através dos subfactores, que permitam a atribuição de pontuações parciais, nos seguintes termos:

$$P_{mt} = \sum [x_{200} \text{ a } x_{203}] / 20$$

com

P_{mt} : Pontuação final da proposta no fator “Mérito Técnico da Proposta”.

Fatores		Coeficiente dos Fatores (cf)	Ponderadores		Fórmulas dos Fatores
			Mínimo (Pm)	Máximo (PM)	
Competencias e Certificações Opcionais - 60%					
X200	1 ou mais elementos da equipa detêm a Certificação Red Hat Certified OpenShift Administrator	30,00%	0	1	Se $P_i = PM$; Então $X_{200} = cf * 100$ Se $P_i = Pm$; Então $X_{200} = 0$
X201	1 ou mais elementos da equipa detêm a Certificação VCS-284: Veritas NetBackup 10.x Administrator	30,00%	0	1	Se $P_i = PM$; Então $X_{201} = cf * 100$ Se $P_i = Pm$; Então $X_{201} = 0$
X202	1 ou mais elementos da equipa detêm a Certificação Druva DRC Technical Associate Certification	30,00%	0	1	Se $P_i = PM$; Então $X_{202} = cf * 100$ Se $P_i = Pm$; Então $X_{202} = 0$
X203	Credenciação do Gabinete Nacional de Segurança (GNS): Marca Nacional, Grau Confidencial (0 - nenhum elemento credenciado; 1 - 1 elemento credenciado; 2 - 2 elemento credenciado; 3 - 3 elementos credenciados)	10,00%	0	3	Se $P_i > PM$; Então $X_{203} = cf * 100$; Se $P_m \leq P_i \leq PM$; Então $X_{203} = cf * ((P_i - P_m) / (PM - P_m)) * 100$

X200 – Responder 0 pontos se nenhum elemento apresentar a certificação Red Hat Certified OpenShift Administrator.

Responder 1 ponto se um ou mais elementos apresentarem a certificação Red Hat Certified OpenShift Administrator.

X201 – Responder 0 pontos se nenhum elemento apresentar a certificação VCS-284: Veritas NetBackup 10.x Administrator


Responder 1 ponto se um ou mais elementos apresentarem a certificação VCS-284: Veritas NetBackup 10.x Administrator.

X202 – Responder 0 pontos se nenhum elemento apresentar a certificação Druva DRC Technical Associate Certification.

Responder 1 ponto se um ou mais elementos apresentarem a certificação Druva DRC Technical Associate Certification.

X203 – Responder 0 pontos se nenhum elemento apresentar o registo ou a Credenciação do Gabinete Nacional de Segurança (GNS): Marca Nacional, Grau Confidencial ou superior.

Responder 1 ponto se um elemento apresentar o registo ou a Credenciação do Gabinete Nacional de Segurança (GNS): Marca Nacional, Grau Confidencial ou superior;



Responder 2 pontos se dois elementos apresentarem o registo ou a Credenciação do Gabinete Nacional de Segurança (GNS): Marca Nacional, Grau Confidencial ou superior;

Responder 3 pontos se três elementos apresentarem o registo ou a Credenciação do Gabinete Nacional de Segurança (GNS): Marca Nacional, Grau Confidencial ou superior.

Anexo III | Modelo de apresentação da proposta

1. Introdução

1.1. Introdução à proposta

1.2. Sumário executivo

Apresentação das características, valor e vantagens da proposta, bem como os pressupostos que servem de base e a identificação dos fatores críticos de sucesso.

2. Preço

2.1. Preço contratual global;

2.2. Preço mensal por perfil; e

2.3. Preço horário da bolsa de horas, por perfil.

Os montantes não incluem IVA

3. Resposta aos critérios de avaliação do mérito técnico da proposta

3.1 – Resposta aos subfactores X200 a X203

4. Outros elementos

Descrição de outros elementos que o Concorrente considere pertinentes para a descrição do serviço a prestar.

5. Anexos

- *Documento que contenha a demonstração mencionada no n.º 2 do artigo 55.º-A do CCP, caso pretenda a relevação de impedimentos.*
- *O DEUCP; e*
- *Os “Curriculum vitae” não nominativo dos recursos a afetar à execução do contrato, com cópia das certificações e comprovativos de formação (não nominativos).*